

UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A LITERATURA DE INDÍGENAS EM SALA DE AULA: O PODER HUMANIZADOR DA LITERATURA

Ivonete Nink Soares (UFAC)
ivonetenink@hotmail.com

RESUMO

No presente trabalho, pretendemos abordar a importância da realização de leituras de textos de indígenas em sala de aula, bem como o poder humanizador da literatura e a importância do acompanhamento do processo de leitura pelo docente para prestar auxílio aos alunos em suas dificuldades. O desejo ao desenvolver um trabalho com leitura deve ser sempre o de extrapolar as linhas do texto, produzir reflexão. Sendo assim, o objetivo deste estudo é provocar uma reflexão crítica em relação à realização de leituras de literaturas de indígenas em sala de aula. Tem-se ciência de que no contexto escolar ainda há muitos equívocos no que diz respeito à leitura. Há imposições, obrigatoriedades e pouco acompanhamento. Para desenvolver o estudo baseamo-nos em aportes teóricos e conhecimentos empíricos. Conclui-se que ao trabalhar com a literatura de indígenas, além de estarmos cumprindo a Lei nº 11.645/08, também estamos dando visibilidade aos textos marginalizados e, por conseguinte, provocando o humano que reside em nós, produzindo empatia e influenciando o comportamento dos leitores.

Palavras-chave:

Humanização. Reflexão. Literatura de Indígenas.

ABSTRACT

In the present work, we intend to address the importance of reading indigenous texts in the classroom, as well as the humanizing power of literature and the importance of monitoring the reading process by the teacher to assist students in their difficulties. The desire when developing a work with reading should always be to extrapolate the lines of the text, to produce reflection. Therefore, the objective of this study is to provoke a critical reflection in relation to the reading of indigenous literature in the classroom. It is well known that in the school context there are still many mistakes regarding reading. There are impositions, obligations and little follow-up. To develop the study we used theoretical contributions and empirical knowledge. It is concluded that when working with indigenous literature, in addition to complying with Law 11.645/08, we are also giving visibility to marginalized texts and, consequently, provoking the human that resides in us, producing empathy and influencing the behavior of readers.

Keywords:

Humanization. Reflection. Indigenous Literature.

1. *Introdução*

A leitura é uma atividade realizada constantemente. Seja por meio da leitura da palavra escrita, dos sinais de trânsito, dos fenômenos da natureza, das expressões faciais, dos mapas, das imagens etc. Cada leitura exprime determinada relevância, de acordo com o interesse e a indispensabilidade para o sujeito.

Muitas vezes a leitura está relacionada à questão da precisão. Para Proença Filho (2017, p. 152), “temos que ler a receita do médico, a lista de compras, as instruções de uso dos aparelhos elétricos e eletrônicos, as contas a pagar, as cartas, os avisos, os convites”. Em outras palavras, ler é fundamental para suprir as necessidades do cotidiano e principalmente para “ampliar nossos conhecimentos e, especialmente, para fundamentar ou rever conceitos, reformular posicionamentos” (PROENÇA FILHO, 2017, p. 152).

Nessa perspectiva, o ato de ler é o exercício mais importante para que haja aquisição de conhecimentos.

A capacidade leitora amplia o entendimento de mundo, propicia o acesso à informação, facilita a autonomia, estimula a fantasia e a imaginação e permite a reflexão crítica, o debate e a troca de ideias. (MOURA, MARTINS, 2012, p. 87)

Quando o leitor vai além da decodificação do texto, ele consegue usufruir dos benefícios da leitura, construir conhecimentos por meio dela, interpretar o texto escrito, produzir significado.

Sendo assim, é fundamental que a escola insista, facilite, auxilie e use diversos recursos e instrumentos para que o aluno se aproprie da leitura e, por conseguinte, seja um “leitor crítico e criativo (o leitor ‘cri-cri’)” (COSSON, 2020, p. 167). Afinal, as aprendizagens que a literatura é capaz de dar conta são inumeráveis.

Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (BARTHES, 2004, p. 17)

Essa é uma grande verdade. A cada leitura realizada, de acordo com as obras e os objetivos ambicionados alcançam-se determinados conhecimentos. Assim sendo, ao ter ciência da amplitude dos acrescentamentos que o texto literário pode abrigar o trabalho com a leitura deve ser sempre o de extrapolar as linhas do texto, produzir reflexão e, principalmente, promover atividades de leitura capazes de transformar a socie-

dade, despertar no leitor o sentimento de empatia, humanizar por meio da literatura.

A escrita é uma ação na qual o autor tem algo a dizer ao seu leitor com certo propósito, conseqüentemente, a leitura é um lugar de interação humana, de constituição das identidades, de representação de papéis, de demonstração de outras culturas, por isso o objetivo deste estudo é provocar uma reflexão crítica em relação à realização de leituras de literaturas de indígenas em sala de aula.

Sabe-se que há muito a ser aprendido sobre os indígenas, sobre o porquê de não os estereotipar, reduzir preconceitos, aprender a olhar, compreender e valorizar as suas contribuições na construção da identidade e cultura do Brasil. Trilhar este caminho não é algo fácil e, infelizmente, estamos muito atrasados, então por que não utilizar a literatura para conhecer e reconhecer a importância dos povos indígenas?

É preciso dar a visibilidade merecida aos textos dos indígenas e, por conseguinte, provocar o humano que reside em nós, construir empatia, convocar reflexões nos leitores.

2. *Literatura de indígenas em sala de aula*

Falar sobre indígenas é falar da nossa história, falar de um povo que foi considerado *primitivo* e passou por colonizadores que se consideravam “como verdadeiros salvacionistas daqueles povos que, do seu ponto de vista, eram ‘pagãos’, ‘pecadores’ e ‘sem civilização’” (FREITAS, 2011, p. 42). Esse lado da história, felizmente, é abordado por diversos historiadores, pesquisadores, movimentos indígenas, indigenistas etc. Nada obstante, ainda não foi o suficiente. Há muita reparação histórica a ser conferida, logo é preciso ampliar a discussão. Principiemos:

A denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Mas esta denominação é o resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias. [...] Castigada por fortes tempestades, a frota ficou à deriva por muitos dias até alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, [...] Foi assim que os habitantes encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas”. (LUCIANO, 2006, p. 31)

Em outras palavras, Cristóvão Colombo chegou ao Brasil imaginando ter chegado às Índias, deparou-se com os habitantes da terra, deu-lhes a alcunha de “índios”, julgou-os “não civilizados”, selvagens, preguiçosos, pessoas que precisavam adquirir uma cultura etc. Essas denominações foram/são passadas de geração para geração. Há ações de preconceito, de sentimento de superioridade em relação aos nativos. Isso precisa ser revisto.

Na assertiva de Luciano (2006, p. 31), “antes da década de 1970, chamar alguém de índio, fosse ele nativo ou não, era uma ofensa”. Após esse período, “os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena” (2006, p. 30). Não todos. Para alguns, como, por exemplo, Wapichana e Munduruku (2019, p. 16), ser “índio” “[é] trazer consigo todos os adjetivos não apreciados em qualquer ser humano. Ela é uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica”. Em outros termos, uma palavra que retoma todos os conceitos atribuídos aos habitantes nativos do Brasil: inferiores, selvagens, sem cultura, agressivos etc. Imposição de padrões aceitáveis e inaceitáveis, certos e errados, a partir da visão europeia.

Por essas visões corrompidas, pelos fatos históricos arraigados no nome “índio”, entre outras situações, o indígena precisa ser levado ao contexto escolar, principalmente, por meio da literatura de indígenas. Mas, afinal, qual a diferença entre literatura indígena e de indígenas?

O uso da preposição *de* foi pensado para que não houvesse dúvidas em relação aos autores dos textos. Sabe-se que ainda há falta de discernimento sobre o que é de fato uma narrativa indígena. Ela é confundida com produção indigenista que é aquela “elaborada pelo discurso alheio ou não-índio” (THIÉL, 2006, p. 209). A literatura de indígenas é escrita por indígenas. É a voz silenciada no processo de colonização ressoando em nossos ouvidos. Nela, há a concretização do espaço de fala ao leitor, o modo deles verem o mundo, a natureza, suas tradições, suas crenças, suas rotinas, suas peculiaridades, suas contribuições para a construção da diversidade cultural do Brasil.

Seguramente, há muito a ser dito sobre o indígena, expandido, conhecido e reconhecido. Nas palavras de Freitas (2011, p. 9, grifo da autora), “É sobre a construção do olhar **para** e **sobre** o “outro” que a contribuição das ciências humanas é fundamental”. Isso também é papel da literatura. Posto isto, é inadiável a necessidade de compreendermos e

difundirmos que a identidade nacional é construída a partir de cada um de nós, das nossas diferenças culturais, das nossas ancestralidades, das nossas raízes, nossas partículas na composição da raça humana.

Dentro dessa perspectiva, conscientes das leis que regem a educação brasileira, chamou-nos a atenção a necessidade de executar, de fato, a Lei nº 11.645/08, que trata da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de estudar a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

[...] cabe ao ensino da literatura dar acesso aos textos marginalizados ao longo da história das obras já consagradas, assim como abrir espaço para a leitura das manifestações culturais mais recentes, possibilitando aos alunos que reconheçam ou se identifiquem com as representações sociais do texto. (COSSON, 2020, p. 112)

Sintetizando, acredita-se que o trabalho com textos de indígenas possibilita que os leitores, alunos, possivelmente, se reconheçam, reconheçam seus ancestrais nessas obras, se identifiquem e percebam a diversidade do Brasil.

Ao contemplar essas leituras, o esperado é que haja reflexão e formação de pessoas mais tolerantes, conscientes e com menos preconceitos. Na afirmativa de Freitas (2011, p. 26), “pensar a cultura como forma de viver a vida, de olhar o mundo e os demais seres humanos é um convite a respeitar a **diversidade cultural**”. Daí a importância de utilizar a literatura de indígenas em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), versão homologada em dezembro de 2017, aponta, como direitos de aprendizagem, dez competências gerais que precisam ser colocadas em prática na rotina escolar e não mantê-las apenas no nível de falas inoperantes. A competência nove discorre sobre empatia e cooperação, ao desenvolvê-la o esperado é fazer-se respeitar e respeitar o outro, acolher e valorizar a diversidade, os saberes, as identidades, as culturas e as potencialidades, sem atualizar exclusões sociais atravessadas por preconceitos. Nessa perspectiva, o trabalho com a literatura é fortalecido.

Quando se ensina literatura no paradigma social-identitário [...] o objetivo é conduzir ou reforçar por meio do texto literário o conhecimento do outro ou, mais precisamente, o reconhecimento da alteridade e da diversidade dos seres humanos. Nesse caso, a exploração dos textos literários em sala de aula teria como fundamento gerar dentro e fora da escola a empatia, quer como modo de reforçar os laços de solidariedade social pela tolerância e pelo respeito às diferenças, quer como maneira de humanizar os

alunos ao permitir que se identifiquem com o outro (COSSON, 2020, p. 105)

A leitura, além de estar relacionada à aquisição de novos conhecimentos, reconhece, mantém o leitor atualizado e, ainda, está atrelada às reflexões que determinadas obras podem ocasionar, “é por meio do texto literário que as posições identitárias das minorias, seja como representação, seja como expressão, são reconhecidas e legitimadas” (COSSON, 2020, p. 113). O texto faz ecoar a voz dos marginalizados e invisibilizados. No ambiente escolar, com os textos literários, o professor pode promover, de forma diversificada, essas leituras, possibilitar o encontro entre leitor e texto.

[...] só formaremos leitores se acreditarmos na importância de tal façanha. E só acreditaremos, visceralmente, se formos leitores. E uma vez contaminados pelo vírus da leitura, não há mais cura. É doença para sempre. [...] um professor que pretenda formar leitores deve sempre andar munido com uma seringa com sangue contaminado, a fim de inocular seus alunos, a todo momento com o vírus da leitura. (RITER, 2009, p. 75)

Difícilmente alguém adquire o hábito de ler sozinho. Geralmente, há algum incentivo, um adulto que conta histórias, lê, presenteia com livros, motiva, instiga, enfim, viabiliza o primeiro contato. Mostra os diferentes mundos que a literatura é capaz de conceber, daí, se desperta um leitor. Além do mais, “A literatura é essencial na escola porque é por meio das obras literárias que as questões sociais ganham visibilidade e legitimidade para fazerem parte do diálogo formativo dos professores com seus alunos” (COSSON, 2020, p. 102-103).

Quando a leitura é realizada no ambiente escolar, o professor deve fazer a mediação, buscar estratégias que cativem o leitor, oferecer auxílio no que tange à apropriação do texto lido.

O papel do condutor a ser exercido pelo professor no paradigma do letramento literário é acompanhar a leitura do aluno sem impor uma direção, mas apontando caminhos por onde o leitor pode escolher transitar dentro do texto. (COSSON, 2020, p. 190)

O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim para acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura. (COSSON, 2016, p. 62)

É preciso estabelecer objetivos, dar sentido a todas as atividades. A finalidade da literatura na escola deve ser ir além de buscar respostas explícitas no texto, querer mais do que estabelecer uma nota ao aluno no final da leitura. O desejo deve ser que as linhas do texto sejam extrapoladas

das e que se produza reflexão, “a literatura é um lócus de conhecimento e, para que funcione como tal, convém ser explorada de maneira adequada. A escola precisa ensinar o aluno a fazer essa exploração” (COSSON, 2016, p. 26-7).

3. *O poder da literatura*

Acredita-se que a literatura é um caminho cheio de possibilidades, dentre as quais se destaca: enriquecer-se culturalmente, uma vez que a cultura não é estanke, exercitar a alteridade, despertar a empatia, reconhecer as diversidades e, de maior relevância, para mim, humanizar as pessoas. Desse modo, para que o indivíduo seja assim implicado é necessário que ele seja estimulado a vivenciar a leitura.

Cada vez mais sou tomado pela certeza de que ser leitor faz diferença, que ser leitor é possibilidade de construção de um ser humano melhor, mais crítico, mais sensível; alguém capaz de se colocar no lugar do outro; alguém mais imaginativo e sonhador; alguém um pouco mais liberto dos tantos preconceitos que a sociedade vai impondo-nos a cada dia, a cada situação enfrentada. Ser leitor, acredito, qualifica a vida de qualquer pessoa. (RITER, 2009, p. 35)

Desse modo, realizar leituras com o intento de convocar esse olhar humanizado dos alunos, construir cidadãos mais empáticos, capazes de reconhecer a importância de cada um na sociedade, permitir que se habitue ao outro com suas peculiaridades é papel fundamental da escola, enquanto instituição formal de ensino. Infelizmente, nesse cenário ainda há muitos equívocos no que diz respeito à leitura. Há imposições, obrigatoriedades e pouco acompanhamento.

A leitura literária tem a função de aprimorar o humano que reside em nós. Daí, a necessidade de o professor não pensar as atividades apenas como fruição, mas também como possibilidade de conhecimento reflexivo e consequentemente, de qualificação de seus alunos e de si mesmo. (RITER, 2009, p. 54)

O que geralmente ocorre no contexto escolar é a solicitação de que os alunos façam leituras em casa ou, quando feitas em sala, que sejam silenciosas. Isso não atinge os propósitos da leitura, o aluno ao realizar esse tipo de atividade, sem acompanhamento, sem motivação, sem mediação, deixa de experienciar o poder da literatura. A “literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso” (BARTHES, 2004, p. 18).

Por defender as implicações positivas da literatura, que o “texto literário é humanizador, produz empatia e influencia o comportamento dos leitores” (COSSON, 2020, p. 99), acredita-se que

[...] representações sociais e expressões identitárias positivas presentes nas obras literárias favorece a empatia social, que é compreendida como uma competência essencial para a construção permanente de uma sociedade plural e democrática. (COSSON, 2020, p. 101)

Assim sendo, o reconhecimento do lugar ocupado pelo outro, no laço social, favorece a adoção de uma posição de respeito e intercomunicação.

Em um processo de leitura que o docente opte por uma obra de indígena, por exemplo, *Um dia na Aldeia, Munduruku* (2012), ele pode construir andaimes para que o aluno perceba como é a rotina da personagem central, o que ele faz durante o dia, quais são as brincadeiras, como são as amizades, as obrigações, o trabalho, a importância da caça, a divisão do alimento entre os habitantes do lugar, o respeito para com a natureza, enfim, muitos olhares, conquanto, não deve ser uma tarefa forçosa, ao contrário, deve ser motivada com ênfase nos objetivos almejados para tal atividade, deve fazer sentido para o aluno.

Outro fator relevante é sugerir aos alunos que pensem em suas vidas: Como são as suas rotinas? Quais são as suas ocupações? Quais aspectos são pertinentes às suas culturas? Quais elementos compõem as suas identidades? Quais desafios enfrentam a cada novo dia? E, por conseguinte, estimular a empatia para com os sujeitos indígenas, ajudá-los a refletir sobre a existência de superioridade e/ou inferioridade entre os indivíduos. Quais alicerces eles utilizam para defender suas opiniões?

Essa atividade é uma sugestão para oportunizar reflexões sobre os habitantes nativos do Brasil. Um esclarecimento sobre os estereótipos preconceituosos, criados para os indígenas: povos que ajudaram a construir as múltiplas identidades culturais do Brasil.

4. *Palavras finais*

Ao trabalhar com a literatura de indígenas, além de estarmos cumprindo a Lei nº 11.645/08, também estamos dando visibilidade aos povos indígenas que são “povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural,

territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil” (LUCIANO, 2006, p. 18).

O salutar exercício da escuta e da tolerância do “outro” é um aprendizado que nunca acaba, mas, para começar, precisamos nos dispor a ouvir antes de emitirmos nossos julgamentos, antes de rotular, classificar e estabelecer o que é certo ou errado, baseados no que acreditamos ser o ideal de criança, de jovem e de adulto. (FREITAS, 2011, p. 15-16)

À vista disso, o objetivo deste estudo foi provocar uma reflexão crítica em relação à realização de leituras de literaturas de indígenas em sala de aula, apontar os possíveis benefícios, trazer alguns caminhos pedagógicos admissíveis, tentar mostrar como a educação é uma ferramenta importante para a liberdade humana.

Ao adotar uma obra de literatura indígena na escola,

[...] o que se espera é que o aluno, reconhecendo e ressignificando as diferentes posições e as identidades culturais que discute nos textos literários, possa interagir positivamente para a inclusão social dentro e fora da escola. (COSSON, 2020, p. 113)

Ainda não foi percebido que “as obras literárias garantem reconhecimento e legitimidade à identidade de grupos minoritários, funcionando como uma forma de empoderamento simbólico dos integrantes desses grupos” (COSSON, 2020, p. 101).

Em se tratando de literatura de indígenas, o objetivo é provocar uma reflexão crítica no leitor frente ao reconhecimento do “outro”. Dar visibilidade aos textos marginalizados e, por conseguinte, provocar o humano que reside em cada um de nós, construir empatia e instigar reflexões nos leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Aula: Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. ed. 14. São Paulo: Cultrix, 2004.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed., 6^o reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

COSSON, Rildo. *Paradigmas do Ensino da Literatura*. São Paulo: Contexto, 2020.

FREITAS, Fátima e Silva de. *A diversidade cultural: como prática na educação*. Curitiba: Ibplex, 2011.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MOURA, Ana Aparecida Vieira de. MARTINS, Luzineth Rodrigues. A mediação da leitura: do projeto à sala de aula. In: BORTONI-RICARDO, Stela Maris *et al.* (Orgs). *Leitura e Mediação Pedagógica*, cap. 4. São Paulo: Parábola, 2012. p. 87-112

MUNDURUKU, Daniel. *Um dia na Aldeia: uma história munduruku*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PROENÇA FILHO, Domicio. *Leitura do texto, leitura do mundo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

RITER, Caio. *A formação do leitor literário: em casa e na escola*. 1. ed. São Paulo: Biruta, 2009.

THIÉL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele sonora: a construção da identidade indígena brasileira e norte-americana na literatura*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/19188/Tese?sequence=1>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

WAPICHANA, Cristino; MUNDURUKU, Daniel. *Povos indígenas: orientações pedagógicas*. Secretaria Municipal de Educação. Coordenação Pedagógica. Currículo da cidade. São Paulo: SME/COPEP, 2019.